



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LFSD

Nº 70022542179

2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70022542179

COMARCA DE PORTO ALEGRE

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROPONENTE

CÂMARA DE VEREADORES DO
MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS

REQUERIDO

PREFEITO MUNICIPAL DE SILVEIRA
MARTINS

REQUERIDO

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos

Indefiro a inicial.

No controle abstrato de constitucionalidade, é pressuposto de admissibilidade o confronto da lei ou ato normativo impugnado com texto constitucional *em vigor*, ou seja, não revogado ou substancialmente alterado. Isto porque a incompatibilidade entre a lei e o texto constitucional superveniente importa na revogação daquela norma, e não em sua inconstitucionalidade.

A propósito, leciona Clèmerson Merlin Clève:

A parametricidade da fiscalização abstrata é, em princípio, a mesma da fiscalização concreta. No direito brasileiro, como já afirmado, parâmetro da fiscalização é a Constituição formal, compreendida como conjunto de preceitos e princípios, inclusive implícitos. É necessário, entretanto, no caso de fiscalização por via principal, que a Constituição esteja em vigor. Não se admite a ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição já revogada. Por esse motivo, promulgada a Constituição de 1988, o STF



LFSD
Nº 70022542179
2007/CÍVEL

julgou prejudicadas todas as ações diretas pendentes de julgamento. (*A fiscalização abstrata da constitucionalidade no direito brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 225)

No mesmo sentido, a doutrina de Gilmar Ferreira Mendes

Nos termos do art. 102, I, a, da Constituição, parâmetro do processo de controle abstrato de normas é, exclusivamente, a Constituição. As constantes mudanças ou revogações de textos constitucionais levaram o Supremo Tribunal Federal a reconhecer a inadmissibilidade do controle abstrato de normas, se se cuida da aferição de legitimidade de ato em face de norma constitucional já revogada. Enquanto instrumento especial de defesa da ordem jurídica, não seria o controle abstrato de normas o instrumento adequado para a aferição de legitimidade de lei em face de norma constitucional já revogada. Nesse caso, o controle somente seria possível na via incidental. Da mesma forma, infirma-se a possibilidade de exame de constitucionalidade de uma lei se o parâmetro de controle foi modificado após a propositura da ação. (*Jurisdição Constitucional*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 186)

E de Celso Bastos em artigo intitulado *Problemas da ação direta de inconstitucionalidade*:

Discute-se, também, sobre a possibilidade do controle das leis anteriores à Constituição, trazendo à baila a questão de se saber se a incompatibilidade entre o direito anterior e a Constituição superveniente se traduz na chamada inconstitucionalidade sucessiva ou na mera revogação da lei anterior pela Constituição. O entendimento que prevalece é o da revogação. (*in Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, n. 12, ano 3, p. 06-9, jul.-set. de 1995.)

No caso dos autos, a questão que se propõe concerne à constitucionalidade de parte do inciso I do art. 38 (“e fixação da respectiva remuneração”) da Lei Orgânica do Município de Silveira Martins, em face



LFSD

Nº 70022542179

2007/CÍVEL

dos arts. 37, X, 51, IV, e 52, XIII, da Constituição Federal, c/c art. 8º, caput, da Constituição Estadual.

Ocorre, todavia, que, após a entrada em vigor da referida Lei em 25.03.1990 (fl. 62), foi editada a Emenda Constitucional n. 19/98 (em vigor desde a data de sua publicação, em 05.06.1998), que modificou substancialmente a disciplina constitucional relativa à remuneração dos servidores públicos.

Tratando-se, pois, de Lei Municipal anterior à Emenda Constitucional n. 19/1998 – que alterou substancialmente o art. 37, X, da Constituição Federal, preceito aplicável ao caso concreto pelo princípio da simetria (art. 8º da CE) –, não há que falar em inconstitucionalidade, mas, sim, de eventual revogação, por motivo de incompatibilidade com o texto constitucional superveniente.

Pelo exposto, INDEFIRO A INICIAL, em virtude da perda do objeto da presente ação, com base no art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

Intime-se.

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2007.

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI,
Relator

cb